

Pessimismo amargo

"Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra" (Sérgio Buarque de Holanda, "Raízes do Brasil")

MAURO MALIN

O Brasil tem sido apresentado aos brasileiros, por brasileiros, como país de quinta categoria, inviável, cheio de miseráveis, sem caráter e sem grandeza. Volta e meia os mesmos brasileiros que aceitam essa imagem são surpreendidos por fatos positivos — não se compute aí a expectativa do tetra — e constatarem aliviados que o Brasil não é nem será jamais nada de parecido com a Bósnia ou com Ruanda. Podem passar então da depressão à euforia, como já aconteceu dezenas de vezes nos últimos anos.

Há, porém, uma constante. Imprensa, universidades e agências de governo são fontes de onde emanam visões pessimistas e catastróficas, que se casam com o mau humor de boa parte da classe média consumidora de jornais e revistas (aí incluídos jornalistas que produzem os noticiários de todos os meios de comunicação).

Mas se o Brasil tivesse tantos famélicos, crianças abandonadas nas ruas ou obrigadas a trabalhar, "indigentes", doentes, bandidos — presos ou soltos — meninas prostituídas, sem-teto, sem-terra, favelados, moradores em cortiços, desdentados, doentes mentais quanto se alardeia, a vida cotidiana já se teria tornado impraticável — e não só para os "de baixo".

Na verdade, muitos números relativos a esses grupos marginalizados são assustadoramente falsos, resultam de cálculos errados, meras deduções ou alarmismo. Há dez anos, por exemplo, respeitadas autoridades da Igreja Católica protestavam contra a presença de "36 milhões de crianças abandonadas no Brasil": esta cifra, posteriormente repetida à exaustão, com variações, era mais do que toda a população com idade en-

tre zero e 9 anos. Recentemente, a dona de um bordel prestou depoimento no Congresso e lhe perguntaram quantas meninas prostituídas havia no Brasil. "Quinhentas mil", chutou a mulher. Algum funcionário da ONU recebeu o recorte de jornal com o "dado" e ele ganhou foros de estatística oficial. Estatística da ONU.

Problemas não faltam, mas são quase sempre apresentados e sentidos de maneira deformada. As vezes, é só erro. Há 20 anos, o economista Carlo Cipolla alarmava: "O Clube de Roma prevê o dia em que o homem não poderá mais se alimentar, por falta de alimentos. Será o fim da espécie humana." Depois disso, a disponibilidade de alimentos não parou de aumentar, em todos os continentes. A China, que segundo a FAO era há 30 anos o país mais faminto, pois oferecia a cada um de seus habitantes 1.700 quilos calorias diárias de alimentos, hoje oferece 2.650 quilos calorias. As vezes, é "lobby contra": tanto se falou em desmatamento na Amazônia, e agora se admite que o problema é pior nos EUA e no Canadá — os denunciantes — do que no Brasil.

A imprensa aceita e propaga sobre a realidade brasileira visões tortas, que se tornam fatos políticos como "opinião nacional", embora amplos setores da população não tenham nada a ver com isso. Sendo o voto obrigatório, vão às urnas cidadãos sem compromisso com a percepção letrada dos acontecimentos. Daí a saudável teimosia do eleitorado brasileiro em não seguir o catecismo das elites.

Sessenta anos depois que Sérgio Buarque de Holanda viu a metrópole social morando como exilada na colônia, ainda falta um padrão brasileiro, popular, para avaliar o Brasil. Falta uma concepção brasileira do

Brasil. Comparado topicamente, item por item, aos "melhores do mundo" em cada área — Estados Unidos em tamanho do PIB e poder aquisitivo da população, Coreia do Sul em taxas de crescimento, Alemanha em inflação, Japão em desemprego, Hong Kong em carga tributária, Suécia em linhas telefônicas por cem habitantes, França em índice de homicídios — esartejado em comparações de almanaque, o país sempre sai perdendo.

A realidade dos fatos é que a Nação é importante, muito grande, mais séria do que se pensa. E provavelmente está no limiar de um período sem paralelo de desenvolvimento econômico e social, propiciado por condições internas e externas favoráveis.

Nem é novidade. Só a economia do Japão cresceu tanto quanto a brasileira nos cem anos transcorridos entre 1880 e 1980. Temos a décima maior produção industrial do mundo e estamos colhendo 75 milhões de toneladas de grãos. Só no mesmo Japão a estatura média da população cresceu neste século tanto quanto no Brasil.

Temos território equiparável ao do país mais rico e importante, os Estados Unidos — aqui há ponderável quantidade de água doce, e o solo recebe 30% mais luz solar. Temos população igual à do país mais extenso, a Rússia. E nossa economia rivaliza com a do país mais populoso, a China.

Em 1960, tínhamos 8,5% da força de trabalho na indústria. Chegamos à década de 90, apesar de toda a crise, com 20% de mão-de-obra industrial. Começamos o século com 17 milhões de habitantes, dos quais 11 milhões no campo, e somos hoje 154 milhões, dos quais 115 milhões em áreas urbanas: foi doloroso, é duro, mas o povo vive melhor na cidade do

que na roça. A renda per capita era de 1.700 dólares em 1970 e anda hoje por volta de 2.800 dólares. A esperança de vida ao nascer passou de 43 anos, em 1940, para 65 anos, atualmente, e a mortalidade infantil, embora ainda alta, caiu de 160 por mil crianças nascidas vivas, na década de 30, para 60 por mil. Quando houve o golpe de 64, o eleitorado representava 25% da população. Hoje, corresponde a 65%. E vota.

Ainda assim, muitas vezes sentimo-nos o mais miserável dos povos.

O país é viável, nunca passou pela cabeça dos deuses que não o fosse. O que não é viável é a permanência da injustiça e das desigualdades mais absurdas. O PIB cresceu 31,5% entre 1983 e 1993, mas o salário-mínimo caiu 29,5%. O mínimo anual pago aos brasileiros não passa de 65 dólares e representa apenas 7,5% da renda nacional, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, representa 15,7%.

Em ano eleitoral, sente-se mais agudamente a falta de sínteses lúcidas sobre a realidade do país. A raiz dessa lacuna está naquilo que se chamava crise de hegemonia. Nenhuma força consegue tomar decisões necessariamente dolorosas, ou incômodas, e dar rumo às coisas. Nenhum projeto político afinado com as novas realidades se impõe.

As pessoas não abandonam seus afazeres, o país não deixa de funcionar, até porque depende cada vez menos do Governo. Mas em meio à desorientação política sucedem-se oscilações de humor da opinião nacional. Há quem não entenda a alegria, o lado luminoso. Ruim mesmo é o lado escuro, porque exagerar as dificuldades até que pareçam sem solução é um convite a deixar tudo como está.

Mauro Malin é jornalista e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.